

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR DA FORÇA AÉREA

2007/2008



TII

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA.

**A ACTIVIDADE LOGÍSTICA EM MISSÕES DE
MANUTENÇÃO DE PAZ**

António Manuel Canhoto Carvalho
MAJG/TABST



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**A ACTIVIDADE LOGÍSTICA EM MISSÕES DE
MANUTENÇÃO DE PAZ**

MAJG/TABST António Manuel Duarte Canhoto Carvalho

Trabalho de Investigação Individual do CPOS/FA

Lisboa 2008



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**A ACTIVIDADE LOGÍSTICA EM MISSÕES DE
MANUTENÇÃO DE PAZ**

MAJG/TABST António Manuel Duarte Canhoto Carvalho

Trabalho de Investigação Individual do CPOS/FA

Orientador: Tenente-Coronel Sérgio Pereira

Lisboa 2008

Agradecimentos

Ao meu orientador pela forma directa e construtiva como me apoiou.

Aos meus camaradas de curso pela sua permanente motivação, apoio gratuito e espírito crítico.

Aos meus amigos que, abdicando das suas horas de descanso, se multiplicaram em esforços ao nível técnico, informático e de conteúdo o que muito contribuiu para a realização deste trabalho.

À minha mãe por, durante a minha ausência, não lhe ter prestado toda a atenção e apoio que sempre me merece.

Ao meu irmão pelo incentivo final.

À Beatriz pela compreensão de ter conseguido suportar a ausência, carinho e brincadeiras do pai.

Índice

Introdução	1
Objecto de estudo e sua delimitação.....	2
1. Caracterização das operações de apoio à paz	4
a. O conceito	4
b. A evolução e conceito da ONU	4
c. A OTAN e a sua evolução	6
d. A União Europeia (UE) e a OTAN.....	7
e. A tipologia de missões para a paz e segurança	8
f. Princípios fundamentais das operações de paz.....	9
g. A importância da logística nas missões de manutenção de paz.....	10
2. Missão e organização da FAP	11
a. Missão	11
b. Organização	11
(1) EMFA	11
(2) CL.....	12
(3) DAT	12
(4) RA.....	12
(5) COFA.....	12
3. A FAP nas operações de paz	13
a. A caracterização dos cenários de intervenção	13
b. O planeamento de missões na FAP	13
c. A articulação do circuito logístico na FAP	15
d. Missões de relevância realizadas pela FAP	16
(1) Timor-Leste	16
(2) Afeganistão	17
(3) Chade	17
e. Relatório de Missão	19
f. Análise e impacto dos constrangimentos.....	19
Conclusões	21
BIBLIOGRAFIA	26
ANEXO A Corpo de conceitos.....	A-1
ANEXO B Pessoal e Material que constitui o Kit de Mobilidade da FAP.	B-1
ANEXO B (cont.) Pessoal e Material que constitui o Kit de Mobilidade da FAP.	B-2

Resumo

As missões de manutenção de paz tiveram origem durante a guerra-fria e surgiram com o intuito de mediar os conflitos entre os Estados, com a presença de militares sob o comando da Organização das Nações Unidas (ONU).

Estas missões visam ajudar os países atingidos pela guerra a recuperar a estabilidade política e social de modo a garantir aos seus habitantes as condições mínimas de vida em paz e segurança.

A primeira missão de manutenção de paz, foi autorizada em 1948 (que ainda se encontra em execução) e teve como objectivo a mediação de um cessar-fogo Árabe Israelita, no âmbito da ONU.

Em Abril de 1949, Portugal fez parte de um grupo de 12 países que assinou um documento que dá origem à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), de cariz vincadamente militar e que teve como objectivo inicial criar uma força oponente ao bloco soviético, que mais tarde se designou por Pacto de Varsóvia.

Este acordo previa também que os Estados signatários prestariam auxílio mútuo em caso de ataque a qualquer um dos países membros, bem como uma cooperação estratégica em tempo de paz.

A Força Aérea Portuguesa (FAP) tem vindo a participar nestas acções de Manutenção de Paz, há cerca de doze anos, através do envio de Forças Nacionais Destacadas (FND), lideradas por diversas Organizações Internacionais (OI), em vários Teatros de Operações (TO) no globo terrestre.

Este trabalho individual é resultado da motivação do autor em efectuar uma investigação sobre a doutrina e os procedimentos vigentes na articulação do apoio logístico, na FAP, às missões de manutenção de paz, no sentido de apontar as soluções que aumentem as capacidades logísticas, identificando as limitações e potencialidades associadas à prontidão das forças destacadas e ao sucesso da missão.

Abstract

Peacekeeping missions originated during the cold war with the purpose of mediating the conflicts between states, with the presence of military forces under the command of the United Nations.

These missions aim to help those countries affected by war in order for them to recover the political and social stability and rebuild themselves so as to guarantee minimum conditions of life, peace and economic growth to their citizens.

The first Peacekeeping Mission was authorized in 1948 (still going on) and aimed to negotiate a cease-fire between Arabs and Israelis, under the United Nations.

In April 1949 Portugal took part in a group of twelve countries that signed a document which created the North Atlantic Treaty Organization (NATO), an organization of a military nature whose initial objective was to create a force to oppose the soviet bloc, later designated Warsaw Pact.

This agreement also established that the member states would guarantee mutual support in case of attack to any of the member countries, as well as strategic cooperation in peace time.

The Portuguese Air Force (PRTAF) has been participating in these Peacekeeping actions for twelve years, through deployed national forces in peace support operations, led by several international organizations in different theatres of operation.

This work represents the result of the author's motivation to conduct a research on the doctrine and procedures in force in the articulation of the PRTAF logistic support to the peacekeeping missions, in order to point out the solutions which can increase the logistic capabilities, identifying the limitations and potentialities associated with the readiness of deployed forces and the success of the mission.

Palavras-chave

Logística, Missões de paz, Organização, Força Aérea Portuguesa, FAP, OTAN, ONU, Operações, Kosovo, Timor, Afeganistão, Transporte; COFA.

Lista de abreviaturas

AJP – Allied Joint Publication (Publicação Conjunta Aliada)

CEMFA – Chefe do Estado-Maior da Força Aérea

CL – Comando da Logística

COFA – Comando Operacional da Força Aérea

CRO – Operações de Resposta a Crises

CS – Conselho de Segurança

DAT – Direcção de Abastecimento e Transportes

DPG – Directivas Políticas Globais

DPKO – Departamento de Operações de Manutenção de Paz

EMFA – Estado-Maior da Força Aérea

EMGFA – Estado-Maior General das Forças Armadas

FAP – Força Aérea Portuguesa

FFAA – Forças Armadas

FND – Forças Nacionais Destacadas

GM – Guerra Mundial

LDNFA – Lei de Defesa Nacional das Forças Armadas

LOBOFA – Lei Orgânica de Bases das Forças Armadas

LOFA – Lei Orgânica da Força Aérea

MC – Military Committee

OI – Organizações Internacionais

ONU – Organização das Nações Unidas

OPA – Operações de Apoio à Paz e Humanitárias

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

RA – Repartição de Armamento

RFA – Regulamento da Força Aérea

RNBQ – Radiológica, Nuclear, Biológica e Química

SALIS – Strategic Airlift Interim Solution

TN – Território Nacional

TNC – Troop Contributing Nation

TO – Teatro de Operações

UB – Unidade Base

Introdução

“There will not be a revolution in military affairs unless there is a revolution in military logistics “and “you can’t have a revolution in military logistics without first changing how military forces are projected and sustained”

General Dennis J. Reimer

Portugal, ao longo de diversos anos, tem vindo a participar em missões de cariz humanitário, conjuntamente com outros países, onde são postas à prova as suas capacidades logísticas militares, bem como a sua organização e método de trabalho para projecção e sustentação da força conjunta e combinada.

Em função das necessidades apresentadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e/ou pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da avaliação pelo poder político português é conferida a responsabilidade da preparação e realização das missões ao Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA) que depois da avaliação das mesmas, determina qual o ramo ou ramos militares que a executam.

Atendendo à frequente participação em operações de manutenção de paz, nomeadamente em Timor-Leste, Kosovo, Bósnia e Afeganistão, e noutras que certamente se seguirão, urge dotar a Força Aérea Portuguesa (FAP) de uma metodologia de trabalho e dos meios que permitam de forma sistemática e bem sustentada, preparar e executar ao nível logístico, a participação em missões deste tipo.

Actualmente, é cada vez mais importante gerir o processo de apoio logístico, adequando e articulando os recursos disponíveis com a definição das necessidades de modo a criar uma capacidade efectiva de apoio às operações. Na maioria das vezes, não existem os meios ideais, dificultando as acções essenciais ao planeamento e execução das missões, com projecção e destacamento de forças para os diversos teatros de operações, responsabilidade esta cometida ao Comando Operacional da Força Aérea (COFA).

Simultaneamente, pelo facto do autor ter participado neste tipo de operações, onde sentiu no terreno, algumas dificuldades e limitações a nível logístico, a elaboração deste trabalho constitui uma grata oportunidade de poder contribuir, com a experiência adquirida, para a solução de um problema, do qual o autor sempre foi interveniente e participante atento.

Objecto de estudo e sua delimitação

Este trabalho está orientado para o estudo e desenvolvimento de uma metodologia prática, visando a gestão das actividades logísticas que concorrem para a participação da FAP nas missões de manutenção de paz. Em termos organizacionais o estudo vai incidir ao nível do Estado-Maior da Força Aérea (EMFA), COFA e do Comando da Logística (CL). Ao nível da organização da logística na FAP, vão ser analisados os órgãos com essas competências, os procedimentos em uso e os constrangimentos constatados nos diferentes Teatros de Operações (TO) em que a mesma tem participado, nos aspectos humano, material e operacional. Exclui-se a análise dos meios financeiros, os quais não são objecto do presente trabalho.

Ao longo desta investigação pretende-se também avaliar a existência de doutrina logística na FAP referente à projecção de forças em missões de operações de apoio à paz.

O desenvolvimento deste trabalho tem por base a seguinte pergunta de partida:

- Que modelo logístico de apoio às missões de manutenção de paz deve ser adoptado para garantir prontidão nesse tipo de missões?

A esta pergunta estão associadas outras que dela derivam:

- Qual a doutrina logística existente para apoio a missões de paz?

- Os procedimentos e os meios logísticos que a FAP utilizou na projecção das suas forças e na sua sustentação, nas missões em que participou foram adequados?

Face às questões derivadas levantadas, são admissíveis, no âmbito deste estudo, as seguintes hipóteses:

- Hipótese nº 1 (H-1) - Quando é tomada a decisão da participação da FAP em operações de manutenção de paz, há procedimentos que já se encontram normalizados para cada missão?

- Hipótese nº 2 (H-2) - O apoio logístico às missões de manutenção de paz, assenta num dispositivo de mobilidade e está centralizado?

Neste trabalho, vai apresentar-se, inicialmente, um enquadramento histórico da evolução dos diferentes tipos de missões de manutenção de paz, a sua origem, assim como os factores que limitam ou potenciam o cumprimento das mesmas. É importante contextualizar estas missões no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), a qual tem sempre no horizonte a prevenção de conflitos violentos, como uma das razões primeiras para o estabelecimento de laços de cooperação política, militar ou económica entre os estados. Para tal, recorre quer a alianças militares entre os seus membros, quer a organizações intergovernamentais com capacidade para prevenir conflitos. Será analisado

o circuito logístico que actualmente é utilizado na FAP, tendo por base a consulta de relatórios sobre diversas missões realizadas neste âmbito e ainda algumas entrevistas efectuadas a entidades que têm estado envolvidas nesse processo, o qual compreende, o planeamento dos meios, o movimento e a sustentação de uma missão de manutenção de paz e o modelo logístico que melhor se aplica à tomada de decisão. Tendo em conta o objectivo, serão apresentadas as limitações e potencialidades detectadas pelo autor que concorrem para o cumprimento destas missões com as principais conclusões da investigação efectuada.

1. Caracterização das operações de apoio à paz

a. O conceito

De acordo com a Constituição da República Portuguesa (CRP), conforme consta do Artº 275º e que parcialmente se transcreve:

“1. Às Forças Armadas Portuguesas incumbe a defesa militar da República;

2.(...).

3.(...).

4.(...).

5. Incumbe às Forças Armadas, nos termos da lei, satisfazer os compromissos internacionais do Estado Português no âmbito militar e participar em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte” conjugado com o Artº 2º da Lei de Defesa Nacional das Forças Armadas (LDNFA) *“o Estado Português preconiza a solução dos problemas e conflitos internacionais pela via da negociação e arbitragem, considerando seu dever contribuir para a preservação da paz e da segurança internacionais, nos termos da Constituição”* Deste modo, encontra-se constitucionalmente consagrada a participação das Forças Armadas (FFAA) em missões no exterior do Território Nacional (TN).

b. A evolução e conceito da ONU

Podemos de algum modo atribuir à actual acção da ONU, o espírito com que se realizou o Congresso de Viena (Setembro de 1814 a 1815), como sendo a tentativa de através de um tratado, voltar a redefinir o espaço geopolítico resultante das conquistas Napoleónicas com as inerentes consequências provocadas nos países perdedores das respectivas batalhas. Aqui ficou patente a intenção de devolver à Europa estabilidade política, social e económica e através de acordos de paz permitir um normal e franco desenvolvimento em todos os membros europeus.

Após a 1ª Guerra Mundial (GM) (1914 a 1918), devido às consequências nefastas dela resultantes (envolvimento de cerca 65 milhões de pessoas, 8 milhões de mortos em conflitos, 9 milhões de mortes de fome, de frio e doenças, 20 milhões de feridos e de cerca de 5 milhões de desaparecidos), surge a Sociedade das Nações (1920). Esta foi criada após a assinatura do Tratado de Versalhes e tinha como objectivo *“Promover a cooperação e atingir a paz e a segurança internacional”*. Estavam reunidas as potências vencedoras que assumiram negociar um acordo de paz. Apesar disso, tal não foi garantia suficiente para

um período de longa estabilidade na Europa, visto que em 1939 com a invasão da Alemanha à Polónia, deu-se o início da 2ª GM (1939-1945), a qual conduziu à extinção desta organização, em 1942.

Na sequência deste flagelo, em 26 de Junho de 1945 em S. Francisco, Califórnia, é constituída a ONU e assinada a “Carta das Nações Unidas” por 51 países membros.

“A Carta, na sua distribuição de funções, atribui ao Conselho de Segurança (CS) a responsabilidade máxima no que diz respeito à manutenção da paz...Em último caso, é o CS que toma a decisão final do uso da força, sendo este que defere o mandato das forças de manutenção de paz. As operações de manutenção de paz, coordenadas pelo Departamento de Operações de Manutenção de Paz (DPKO), pressupunham, como consignado no Artº 43º da Carta de S. Francisco, a mobilização de militares de vários Estados membros, sob a alçada de uma comissão de Estado-Maior da ONU que assumiria a direcção estratégica do conjunto da força, com o fim de ajudar a resolver um conflito armado. Hoje em dia, pela complexidade do panorama conflitual no mundo e por consequentes novas exigências à construção da paz, estas operações incluem, paralelamente aos capacetes azuis, o envio de forças de segurança não militares e pessoal civil, que abraçam já funções de ajuda humanitária, de assistência eleitoral e até de promoção do desenvolvimento económico e político”¹.

O principal corolário deste documento consiste em *‘manter a segurança e a paz internacional, preservar as gerações futuras do flagelo da guerra; reafirmar o respeito pelos direitos humanos; estabelecer condições para aplicação da justiça...e promover progresso social e melhores condições de vida...’*². Para melhor compreender da importância desta resolução e da força que dela emana para a implementação de todas as acções tomadas a montante, importa deixar reflectido neste trabalho de investigação alguns artigos retirados dos vários capítulos da Carta da ONU e que a seguir se transcrevem:

“Cap I - Objectivos e princípios”³

Artº 1º (1.) – Os objectivos das Nações Unidas são manter a paz e a segurança internacional e para esse fim tomar medidas colectivas para prevenir e afastar ameaças à paz...

Cap VI - Solução Pacífica de Conflitos

¹ Prevenção de Conflitos: As políticas da ONU, JANUS 2005

² Retirado da Carta das Nações Unidas

³ Retirado dos capítulos I, VI e VII

Artº 33º (1.) – As partes, (...) procurarão, antes de tudo, chegar a uma solução por negociação, inquérito, mediação, arbitragem, via judicial, recurso a organizações ou acordos regionais, ou qualquer outro meio pacífico à sua escolha.

Cap VII - Acção em caso de ameaça à paz, ruptura da paz e acto de agressão

Artº 39º - O Conselho de Segurança determinará a existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou acto de agressão e fará recomendações a fim de manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais.

Artº 43º - (1.) - Todos os membros das Nações Unidas se comprometem... a proporcionar ao Conselho de Segurança...forças armadas... necessárias à manutenção da paz e da segurança internacionais.

Artº 51º - Nada na presente Carta prejudicará o direito inerente de legítima defesa individual ou colectiva, no caso de ocorrer um ataque armado contra um membro das Nações Unidas, até que o Conselho tenha tomado as medidas necessárias para a manutenção da paz e segurança internacionais.”

c. A OTAN e a sua evolução

No âmbito do Artº 51º da ONU, em Abril de 1949, Portugal fez parte de um grupo de 12 países que assinaram o Tratado do Atlântico Norte, em *Washington*. Assim surge a OTAN, sendo assumido o princípio da legítima defesa no Artº 5º da sua constituição, o qual defende “*um ataque armado contra um ou vários países membros na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque contra todos*”⁴. Esta Organização surge fundamentalmente como oposição ao Bloco Soviético, que durante a Guerra-fria, a qualquer momento, poderia desferir um ataque sobre Países da Europa Ocidental.

Actualmente fazem parte desta organização 26 países que se regem pelos princípios da defesa colectiva e protecção das pessoas, acolhendo novos membros, promovendo parcerias, construindo a paz e a estabilidade. Consequentemente, combatendo novas ameaças, com uma definição de segurança abrangente e que sobretudo perspectiva a manutenção da ligação transatlântica. Nos dias de hoje é uma realidade que as principais ameaças à segurança do ocidente, já não se situam na Europa, sendo a sua origem além fronteiras. São assumidas, não por uma invasão soviética ou pela instabilidade nos Balcãs, mas sim por armas de destruição massiva, já detidas por muitos actores, por grupos terroristas e pelos chamados estados “fora da lei”.

⁴ Artº 5º da Organização do Tratado do Atlântico Norte

Em 1992, o Comité de Planeamento de Defesa da OTAN aprovou um documento conhecido como *Military Committee* (MC 319), cuja finalidade era uma revisão exaustiva sobre os procedimentos e políticas aplicadas nesta organização, tendo por base as suas experiências anteriores. Posteriormente, em 1997 volta a ser revisto e aprovado pelo Conselho o MC 319/2. Os seus princípios e políticas aplicam-se a situações de paz, de crise e de conflito, e incluem não só operações previstas no Artº 5º da OTAN, como operações “não previstas no Artº 5º”. Inserem-se aqui as operações realizadas no âmbito do conceito das forças operacionais combinadas e conjuntas, podendo envolver países não pertencentes à organização. Mas importa referir que se assiste a uma permanente actualização, quer dos conceitos, quer das políticas de actuação, quer ainda dos novos parceiros desta coligação. O nível de ameaças mudou e a possibilidade do uso de armas massivas tornou-se uma realidade, bem como a escalada de acções terroristas o que levou a uma mudança de atitude na estratégia da OTAN. Consoante as ameaças, são identificados os tipos de capacidades de que a aliança necessitará, ficando em aberto o modo como as mesmas deverão ser obtidas, uma vez que cabe às nações avaliar essa decisão. Neste pressuposto, Portugal deve assumir uma posição clara e determinante em todas as acções em que seja chamado a participar.

d. A União Europeia (UE) e a OTAN

Assumindo cada vez mais um papel preponderante na condução do rumo económico mundial, também a Europa sentiu uma necessidade própria de procurar e reforçar as suas defesas. No entanto atendendo a que grande parte dos países membros da OTAN, também são membros da política de defesa europeia, sentiu-se a necessidade de não haver duplicação de tarefas e acções, conducentes ao emprego da força, para a consolidação da Paz. Assim, em Dezembro de 2002 foi aprovada a Declaração OTAN-UE sobre a Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), traduzindo-se numa cooperação mais estreita no sentido de combater o terrorismo e a proliferação das armas de destruição massiva. Actualmente, há sintomas de alguma divergência nestas relações, não sendo a primeira vez que acontece. *“Existe, porém, uma diferença significativa em relação ao passado, a própria segurança comum, está a ser questionada. Em primeiro lugar, entre a Europa e os EUA existe uma enorme disparidade de poder e de forças, que não cessa de aumentar e que está a dar origem a uma crescente divergência nas respectivas culturas estratégicas, com consequências severas para o carácter da Aliança, e da relação*

*transatlântica (...)*⁵. Fazendo uma retrospectiva histórica há, na realidade, duas formas de actuar entre estas duas Organizações que o autor gostaria de deixar plasmado no trabalho. A UE, fruto do seu passado histórico, desenvolveu uma política centrada na diplomacia, sempre com o intuito de apelar às negociações, aos acordos, à segurança e bem estar em primeira instância, em oposição, à política desenvolvida pelos Estados Unidos da América (EUA), com medidas iniciais, mais viradas para a coacção e imposição da sua força.

Se este “indicador de ruptura” se agudizar, a situação é preocupante visto que, em primeiro lugar, passam a beneficiar os chamados “senhores da guerra”, os grupos terroristas e em segundo, porque a Europa terá que optar pela obediência, visto não dispor de imediato, de uma força tão competitiva comparativamente aos EUA. Neste caso, o seu reequipamento, vai certamente, levar muito tempo. Atendendo a este facto, é de equacionar se, um ou mais países europeus, incluindo Portugal, fomentarem e concretizarem a intenção hipotética de abandonar a OTAN, se ao nível próprio de cada um ou em conjunto, conseguem ter experiência adquirida e capacidade de sustentação e de imposição de uma força de paz, com demonstração do seu poder militar, num determinado cenário. Tal facto a ocorrer, na opinião do autor revelar-se-ia insensato, atendendo a que, ao nível da OTAN, os procedimentos estão uniformizados e normalizados o que potencia uma melhor interligação entre as forças no terreno e necessariamente um maior sucesso das operações.

e. A tipologia de missões para a paz e segurança

Através do Conselho de Segurança (CS) da ONU e após se ter feito a avaliação da decisão, são emanadas Resoluções, onde se prevê o mandato da operação e a sua duração, o uso da força e define as *Rules of Engagement* (ROE), tendo em conta que esta pode⁶:

- Auxiliar na implementação de um acordo de paz;
- Monitorizar um cessar-fogo ou o fim das hostilidades;
- Promover um ambiente seguro;
- Precaver um alargamento do conflito através das fronteiras existentes;
- Conduzir os estados ou territórios através de um processo de transição para uma governação estável;
- Administrar o território por um período de transição.

⁵Relações NATO-UE e divergências transatlânticas, Janus 2005

⁶No âmbito das aulas de Operações de Apoio à Paz, ministradas no IESM

Os tipos de missões consignados na Agenda para a Paz em 1992, estabelecem os seguintes instrumentos:

- *Preventive Diplomacy* (Diplomacia Preventiva);
- *Peacemaking* (Restabelecimento da Paz);
- *Peacekeeping* (Manutenção da Paz);
- *Peacebuilding* (Consolidação da Paz);
- *Peace enforcement* (Imposição de Paz).

Importa referir que nunca se consegue distinguir muito bem as fronteiras onde começa uma missão e acaba outra, bem como, na maioria das vezes, não é esta a ordem do início das operações. Neste caso e conforme atrás referido, em função das necessidades e da tipologia da missão, quer a OTAN, quer a UE, adequam o emprego dos seus meios à imagem e semelhança do que está consagrado pela ONU, para de algum modo, se protegerem e garantirem a legitimidade na acção. Quando tal facto ocorre, quer em Portugal, quer nos restantes países da UE, existe uma atitude de crítica severa por algumas organizações partidárias e movimentos civis, manifestando a sua discordância face às opções tomadas pelos países em questão, reflectindo de algum modo, a subserviência a que os estados-nação estão sujeitos relativamente à OTAN, com os inconvenientes daí advindos, fracturando a coesão nacional.

f. Princípios fundamentais das operações de paz

Existem seis princípios que são fundamentais respeitar aquando da participação das diferentes forças nestas operações:

- (1) **Imparcialidade:** embora seja muito difícil em determinados cenários é fundamental para preservar a confiança e conseguir a cooperação (ser imparcial não é sinónimo do não uso da força);
- (2) **Consentimento e cooperação:** respeito pelas leis e hábitos do país hospedeiro;
- (3) **Limitação do uso da força:** uso da força permitido em auto-defesa de posições e equipamentos ou para possibilitar o cumprimento da missão;
- (4) **Unidade e carácter internacional:** respeito pelo mandato da ONU por parte das forças militares;

(5) Respeito pelos direitos humanos: todos os militares têm de estar conscientes das regras e direitos. É fundamental distinguir civis e combatentes;

(6) Respeito pelas leis e costumes locais: conhecer a área de operações e assegurar que os militares conheçam e respeitam as normas sociais, culturais e religiosas.

A OTAN ajustou esta doutrina à sua estrutura militar, dotando-a de maior capacidade de intervenção.

g. A importância da logística nas missões de manutenção de paz

A ONU não possui nem prevê uma definição de logística específica veiculada por esta organização. O termo “logística” assume significados e relevância diferentes, consoante o âmbito e importância onde se insere, bem como o contexto onde é utilizado.

Os procedimentos logísticos numa operação da ONU estarão sempre dependentes dos acordos firmados ao nível político para o seu início. Ambientes mais ou menos permissivos e a inexistência na ONU, de uma estrutura militar permanente, resultou num processo em que as *Troop Contributing Nation* (TCN) são reembolsadas pelas forças que disponibilizam, dos equipamentos e pelos serviços que colocam ao dispor da missão. No entanto, através do seu *Office of Mission Support*⁷, esta entidade é responsável pela avaliação no terreno da adequada necessidade logística de apoio e a sua relevância em função do local onde irá actuar, relacionando-a com a tipologia da missão.

A OTAN possui e define a actividade logística como “a ciência do planeamento e da execução dos movimentos e sustentação de forças”⁸. Em termos doutrinários, por definição, logística de uma missão OTAN assenta numa atribuição nacional sendo do comandante da força a responsabilidade de coordenar e garantir o esforço logístico global. É opinião do autor que esta definição é generalista mas é aplicável à movimentação e sustentação de forças, porque já foi testada e aplicada no TO, tendo sido observadas as seguintes funções logísticas: reabastecimento e serviços; manutenção e reparação, movimento e transporte; orçamentação e finanças; contratos; infra-estruturas e apoio sanitário⁹. Como “ciência” e perante as vicissitudes de cada missão é a “arte” do comandante da força que prevalece, para o efectivo cumprimento da missão, face aos obstáculos que se lhe deparam. De igual modo, seria desejável a existência de paralelismo

⁷ *Department of Peacekeeping Operations* (DPKO) da ONU

⁸ “*The science of planning and carrying out the movement and maintenance of forces*” (AAP6, 2005, p.2-L-4)

⁹ Funções logísticas da OTAN

da doutrina nacional com a doutrina OTAN porquanto alguns conceitos base diferem dos nacionais, concretamente nas funções logísticas e nas classes de abastecimento.¹⁰

2. Missão e organização da FAP

a. Missão

A FAP é parte integrante do sistema de forças nacional e tem por missão, conforme está previsto na Lei Orgânica da Força Aérea (LOFA)¹¹, cooperar, de forma integrada, na defesa militar da República, através da realização de operações aéreas e na defesa aérea do espaço nacional.

Sem prejuízo da missão referida no parágrafo anterior, compete-lhe, ainda satisfazer missões no âmbito dos compromissos internacionais, bem como nas missões de interesse público que especificamente lhe forem consignadas.

b. Organização

A FAP¹² está organizada em três níveis fundamentais de decisão: Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA); Comandos funcionais, que englobam o COFA, Comando da Logística (CL) e o Comando de Pessoal da Força Aérea (CPESFA) e por último, o nível de execução que se traduz pelas Unidades-Base (UB) e/ou órgãos de execução. As decisões próprias aos três níveis, diferenciam-se pelo compromisso que podem representar para a FAP.

Com funções logísticas que directamente concorrem para a temática vertente, existem na FAP os seguintes órgãos:

(1) EMFA

Constitui o órgão de estudo, concepção e planeamento, da actividade da Força Aérea para apoio à decisão do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA) e compreende cinco divisões. À Divisão de Recursos – Repartição de Logística compete, entre outras atribuições, receber e estudar a aplicação de documentos e publicações de âmbito logístico, com origem na OTAN em coordenação com os órgãos responsáveis.

¹⁰ *Allied Joint Procedures AJP-4 (A) 2002*, cap.3

¹¹ Decreto-Lei nº51/93, de 29 de Fevereiro

¹² Regulamento da Força Aérea (RFA 303-1 Vol.1) – Organização Geral

(2) CL

Incumbe-lhe assegurar a administração dos recursos materiais para a execução dos planos e directivas aprovadas pelo CEMFA, sendo constituído entre outras, pela Direcção de Abastecimento e Transportes (DAT) e pela Repartição de Armamento (RA) da Direcção de Sistemas de Armas.

(3) DAT

Responsável por assegurar a gestão do abastecimento, por artigo, incluindo a determinação das quantidades a adquirir, a aquisição, a recepção, a armazenagem, a distribuição e o abate dos materiais da sua área de competência. Compete-lhe ainda em coordenação com outros órgãos e de forma atempada, a aquisição e distribuição de equipamento individual específico para o desempenho das missões em que a FAP esteja envolvida ou em que venha a participar.

(4) RA

Compete-lhe dirigir tecnicamente e promover a aquisição, sustentação e manutenção de armamento terrestre e carreiras de tiro, paíóis, armamento aéreo e seus sistemas de lançamento instalados nas aeronaves; sistemas de oxigénio, ejeção e de extinção de fogo em aeronaves, equipamentos de voo, sobrevivência e salvamento, equipamentos para lançamento de carga aérea, equipamentos de mobilidade para uso em projecção e apoio de forças¹³, material para protecção Radiológica, Nuclear, Biológica e Química (RNBQ), individual e colectiva.

(5) COFA

Compete-lhe planear, dirigir e controlar a segurança militar, prontidão dos sistemas de armas e a defesa aérea do espaço nacional. À Célula A-4, Divisão de Logística deste Comando, é atribuída a responsabilidade de determinar e autorizar a distribuição do uniforme e equipamento de campanha, equipamento individual de protecção Radiológica, Nuclear Biológica e Química (RNBQ) em função da missão que se vai cumprir.

¹³ Fax n° 36122, Pº DA/112 de 17JUL06 da Direcção de Abastecimento

3. A FAP nas operações de paz

a. A caracterização dos cenários de intervenção

As alterações na cena internacional fizeram “*emergir um novo conjunto de factores de instabilidade, potencialmente geradores de novas ameaças, que não podem ser previstas com rigor*”¹⁴, nem no espaço nem no tempo.

Assim, para a satisfação dos compromissos internacionais assumidos, Portugal, através das FFAA, poderá intervir em áreas geográficas distantes e distintas, configurando-se sete cenários¹⁵ prováveis de intervenção:

- (1) Defesa integrada do Território Nacional (TN)¹⁶;
- (2) Operações “de resgate ou evacuação” de cidadãos fora do TN;
- (3) Missões de Interesse Público;
- (4) Cooperação Técnico-Militar;
- (5) Operações de Defesa Colectiva no âmbito da OTAN (Artigo 5º);
- (6) Operações de Apoio à Paz (OAP) e Humanitárias;
- (7) Operações de Resposta a Crises (CRO) no âmbito da OTAN.

Analisando as missões que têm sido desempenhadas pela FAP, verifica-se que os cenários mais frequentes são os indicados em 2, 3, 4, 6 e 7, perspectivando-se que estes continuem na lista dos mais prováveis no futuro. Torna-se, por isso, desejável que a FAP oriente as suas prioridades no que concerne à definição clara duma doutrina logística adequada e de uma estrutura de apoio, quer no planeamento, quer na movimentação, operação e manutenção.

b. O planeamento de missões na FAP

O planeamento das missões de manutenção de paz, revela-se de primordial importância, pois a grande distância onde elas podem ocorrer, pode resultar em limitações e dificuldades, seja na sustentação da força, seja na reposição e/ou envio de meios necessários ao desenrolar da missão. As *site survey visits*, que pretendem avaliar, entre outros aspectos, as condições operacionais, técnicas, meteorológicas e a morfologia do terreno, são de importância fundamental para efeitos de planeamento. A Directiva nº 01/08

¹⁴ MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL – Conceito Estratégico Militar (CEM 2004), p.2

¹⁵ Segundo RODRIGUES, Alexandre – Nos Meandros da Política de Defesa, p. 134, “Cenário é uma construção imaginativa de uma situação futura, concebida judiciosamente a partir de uma situação corrente

¹⁶ Garantir a defesa e controlo do espaço aéreo de soberania nacional

do CEMFA de 01 Janeiro, refere que a FAP, deve adquirir mobilidade com ‘*carácter eminentemente projectável, com elevado grau de interoperabilidade com outras forças nacionais e multinacionais (...), bem como uma **logística agilizada**, baseada numa estrutura modular que facilite processos de activação expeditos*’¹⁷. Para a consecução deste desígnio, é importante a existência duma plataforma logística bem organizada e sustentada em termos de doutrina, atribuição de responsabilidades e procedimentos. A metodologia usada na FAP quanto à gestão, coordenação, compilação, registo, actualização e difusão da doutrina OTAN tem sido da responsabilidade da Repartição de Logística da Divisão de Recursos do EMFA. É nesta Divisão que é recebida, tratada e centralizada, entre outras, toda a documentação referente aos procedimentos utilizados na OTAN e aplicáveis à FAP e que têm directamente a ver com os procedimentos relacionados com os *Agreements and Allied Publications (AAP)*, *Allied Joint Logistic Doctrine (AJP-4)*, *NATO Standardization Agreements (STANAG’s)*. Atendendo aos acordos e ratificações que com grande regularidade são feitos aos diferentes níveis de decisão, quer da OTAN quer da ONU, esta Repartição tem a responsabilidade de fazer as respectivas actualizações e difundí-las a quem delas necessita.¹⁸ Todavia, nem sempre existe na FAP, a melhor coordenação aos diversos níveis logísticos, a fim de obviar vulnerabilidades, propor soluções ou acções correctivas, sustentadas no conhecimento adquirido do ramo. Seria desejável que, fossem ultrapassadas algumas ideias preconcebidas, que têm conduzido à separação e compartimentação nas tarefas logísticas da FAP, procurando-se neste caso, a reflexão e ser assim contrariada a tradicional resistência à mudança. Neste caso, Portugal e em particular a FAP, deverá garantir que tem capacidade a nível próprio, para implementar ou alterar procedimentos logísticos e de manutenção da OTAN, baseada na sua experiência. Já aconteceu, terem sido apresentadas soluções no âmbito da OTAN, pela experiência recolhida dos militares da FAP, em missões internacionais. Deste modo, existe e deverá ser desenvolvida na FAP “massa crítica militar”, relativamente aquilo que disser respeito às orientações e normalização das determinações oriundas da OTAN.

No entanto, Portugal e mais 16 países da OTAN, reconhecendo as suas dificuldades em *Strategic Airlift* (projecção de transporte de carga para grandes distâncias) estabeleceram um protocolo de utilização, denominado *Strategic Airlift Interim Solution*

¹⁷ Directiva nº01/08 de 01Jan do CEMFA

¹⁸ Tópico da entrevista com o TCOR/Engaer Santiago da Repartição de Logística da Divisão de Recursos do EMFA

(SALIS)¹⁹, de até seis aeronaves *Antonov's* para esse fim. Até à data, Portugal nunca beneficiou deste protocolo, apesar de cumprir as suas responsabilidades pecuniárias anuais e que incluem 4,5 Horas/Voo (HV). O custo do transporte é de 20.000 €HV. Estando estas aeronaves estacionadas em *Leipzig*, facilmente se conclui que as HV seriam consumidas no trajecto da Alemanha para Portugal.

c. A articulação do circuito logístico na FAP

Depois de Portugal ter assumido o compromisso político e de ter sido atribuída à FAP a execução da missão, é no COFA que, actualmente está centralizado o planeamento e a coordenação das missões humanitárias. É à célula A-4 Logística (seguindo a doutrina OTAN) que cabe a responsabilidade de coordenar e controlar os vários procedimentos que intervêm na organização e sustentação logística das diferentes missões. A FAP necessita de treinar os militares envolvidos nessas missões em várias valências, nomeadamente a física²⁰, técnica e psicológica para que possam estar preparados para qualquer cenário. Deve também ser garantido o conhecimento pleno das *Standard Operations Procedures* (SOP) do TO em que vão operar. É doutrina OTAN que os militares participantes estejam qualificados com os cursos ICCS (*Individual Common Core Skills*). Esta Repartição tem efectuado esforços para que seja respeitada esta doutrina. É ainda da sua responsabilidade o apoio às áreas de mobilidade, armamento, apoio a aeródromos, fardamento e cursos de sobrevivência. O *Kit* de mobilidade que a FAP dispõe, já foi destacado para várias missões, tem capacidade para poder alojar e sustentar cerca de 150 militares e está na dependência directa desta Repartição.

É também no COFA que se encontra a célula A-1 responsável pela nomeação do pessoal e a célula A-8 que é responsável pela elaboração dos orçamentos e custos das missões, que posteriormente são aprovados pelas Direcções de Pessoal e Finanças respectivamente. À célula A-5 cabe a responsabilidade de planear as missões ao nível operacional, embora em estreita colaboração com as células indicadas anteriormente. Esta dispersão de responsabilidades e com dependência hierárquica e funcional diferentes, gera alguns conflitos que podem ser solucionados, na opinião do autor, pela designação de um Grupo de Trabalho (GT), a nomear pelo CEMFA. Este GT seria responsável pela preparação e aprontamento das forças e meios envolvidos, avaliando as capacidades e vulnerabilidades, devendo ser constituído por militares experientes em diferentes

¹⁹ Tópico de entrevista com o TCOR/Albuquerque do MDN

²⁰ Despacho n.º 49/2007 do CEMFA de 16 de Maio

ambientes operacionais, da área logística e pessoal. O relatório resultante da avaliação efectuada pelo GT, apuradas todas as condicionantes, deveria ser submetido a despacho do CEMFA, após o que, este enviaria ao COFA para acompanhamento das acções subsequentes, ficando assim todos os órgãos envolvidos no processo, com cobertura legal e devidamente sancionadas todas as necessidades propostas e requisitos necessários para o sucesso da missão.

d. Missões de relevância realizadas pela FAP

(1) Timor-Leste

Missão integrada na *United Nations Transitional Administration in East Timor* (UNTAET). A FAP fez-se representar em Díli, por um destacamento de Helicópteros *Alouette III* (AL III), designado no território por *Portuguese Aviation* (PORA VN) com cerca de 36 militares. As missões executadas no território foram de transporte aéreo, determinadas pelo Comandante da *PeaceKeeping Force* (PKF).

Tendo em conta a repercussão a nível internacional dos acontecimentos que se viviam em Timor-Leste naquela altura, aliados às imagens televisivas que corriam todo o mundo das atrocidades infligidas àquele povo, a ajuda prestada por Portugal foi altamente enaltecida e reconhecida, pelo sucesso alcançado. No entanto, após entrevistas realizadas a camaradas que ali cumpriram todas as tarefas que lhes foram superiormente determinadas, análise a documentos e com base na experiência vivida pelo autor, constata-se que houve limitações ao nível logístico, nomeadamente:

- Alojamentos (deficiente climatização atendendo às elevadas temperaturas);
- Transportes (quatro viaturas para 36 militares);
- Alimentação (rações de combate);
- Fardamento (inadequado para o clima).

Relativamente ao apoio médico, atendendo ao local e ao apoio médico associado, estes foram garantidos, quer por hospital militar em Díli, quer no *Memorial Hospital* em *Darwin* - Austrália, para os casos que requeriam maiores cuidados e exames médicos de diagnóstico, através de protocolo celebrado pela ONU.

(2) Afeganistão

Sob o mandato do CS da ONU, foi criada a estrutura *International Security Assistance Force* (ISAF), com a missão de garantir a segurança em Cabul e arredores a fim de permitir a reconstrução do país, tendo a OTAN recebido este Comando em 2003. A Portugal, através da FAP, foi atribuído o Comando da parte militar do *Kabul International Airport* (KAIA) durante quatro meses.

Através da investigação efectuada sobre esta missão, é opinião do autor referir que, neste caso concreto existiram algumas falhas detectadas ao nível da definição dos requisitos do fardamento adequado. Assim, ao movimentarem-se os militares para um ambiente adverso e desértico (ambiente quente e frio), foi planeado o uso de uniforme de campanha para aquele clima. No entanto, verificou-se que, em operações nocturnas os uniforme de campanha dos militares da FAP nas funções de *Tactical Air Control Party* (TACP), quando em missões conjuntas com os militares do Exército ou de outros países que integravam a ISAF reflectiam com o luar, diminuindo assim a camuflagem que se pretendia e aumentando a reflectância. A detecção deste pormenor, implicou que fosse usado outro padrão de camuflado igual ao utilizado pelos militares do Exército. O pormenor da camuflagem é importantíssimo, sob o aspecto da segurança individual. No entanto, é de realçar, que a FAP aprendeu e corrigiu esta anomalia, visto que já se encontram tipificados na cadeia de abastecimento os uniformes de campanha - padrão deserto.

(3) Chade

Fruto da pesquisa deste trabalho, o autor teve oportunidade de acompanhar o planeamento da missão TCHAD/RCA da EUFOR no Chade em que a FAP participa com um efectivo de 30 elementos. É a primeira vez que é efectuada uma missão deste tipo (cariz humanitário), em que foram seguidos todos os passos preconizados pela doutrina OTAN e em que a FAP participa com uma estrutura completa de apoio logístico. Foram respeitadas as três fases do planeamento logístico integrado no planeamento operacional *Operational Planning Process* (OPP):

1ª fase - *Initial Logistic Planning Conference (ILPC)*, a FAP acordou em participar com uma aeronave Hércules C-130;

2ª fase - *Main Logistics Planning Conference (MLPC)*, foi efectuada a *Site Survey Visit*, momento muito importante no planeamento de uma missão, sendo feito o levantamento de todas as necessidades para operar no terreno. Ficou também acordado o contributo dos vários países participantes, bem como as condições oferecidas pelo país hospedeiro *Host Nation Support*, (HNS);

3ª fase - *Final Logistics Planning Conference (FLPC)*, nesta fase foram assinados os acordos já anteriormente assumidos.

Nesta missão foram incluídos militares especialistas das diferentes áreas, que são necessários na composição de um destacamento, como sejam as áreas da saúde, comunicações e informações, força de protecção, logística, transporte, finanças e área operacional, salvaguardadas no TO as funções logísticas de reabastecimento e serviços, manutenção e reparação, contratos e infra-estruturas.

Um dos aspectos mais relevantes na constituição desta missão, reside no facto de o Comandante Operacional não ser o responsável pelos aspectos logísticos do destacamento, libertando-se das dificuldades que diariamente têm de ser ultrapassadas. Há uma ruptura com o passado no modo de operar e coordenar a missão, com consequências muito positivas para todos.²¹ Depois de constatar que as anteriores missões têm sido planeadas de modo próprio e consoante os meios, os recursos e a disponibilidade do momento, seria muito importante que se tomasse a missão do Chade como referência, atendendo ao modo como se soube conjugar todas as valências ao nível da operação, manutenção, logística e segurança necessárias para a projecção e sustentação de uma força. Este processo foi liderado pelo COFA com a envolvência dos órgãos logísticos (DAT, RA e CL) em que as diferentes necessidades foram apresentadas em tempo e às áreas directamente responsáveis pela sua execução. Este é o modelo que, na opinião do autor, deverá ser seguido em futuras missões, permitindo dotar a FAP de

²¹ Tópico da entrevista com COR/Pilav Alves CEM do COFA

metodologia para o planeamento, preparação e operação de forças a destacar fora do TN e baseada na doutrina OTAN.

e. Relatório de Missão

É um documento elaborado pelo chefe da missão, após o cumprimento do que superiormente lhe foi determinado, para representar a FAP, em território nacional ou no estrangeiro, e entregue no COFA, quando termina a execução da mesma. Após análise a alguns relatórios que se encontram arquivados no COFA (Repartição de Logística), entrevistas efectuadas com camaradas mais antigos que chefiaram e desempenharam missões da FAP em Portugal e no estrangeiro, e pela experiência do autor nesta matéria (missões em Timor, Aviano e Kosovo) concluiu-se que é um excelente meio de controlo, pelas informações que fornece, nas diferentes fases do processo logístico. Deve expressar com justiça, sinceridade e frontalidade todas as barreiras que tiveram de ser vencidas e a experiência vivida por todos os militares envolvidos, contribuindo para o bom nome da FAP e de Portugal. Só recentemente, a FAP despertou para a importância que representa a análise ao relatório de missão introduzindo as alterações/correções devidas, que muito contribuem para o melhoramento dos processos de planeamento e logístico.

f. Análise e impacto dos constrangimentos

Sendo Portugal um dos membros da OTAN e atendendo a que cada vez mais é solicitado à FAP a sua presença nos mais variados TO, conseqüentemente, envolvendo o manuseamento e operacionalidade de todos os meios necessários para o cumprimento das diferentes missões, os recursos humanos são um factor cada vez mais decisivo. Para a consecução destas tarefas é fundamental recorrer a pessoal especializado e qualificado, já que existe uma constante evolução de todos os meios materiais e operacionais envolvidos.

Também ao nível do fardamento e equipamento pessoal, ainda no âmbito destas missões, a “função planeamento” não foi devidamente executada, porque tratando-se de fardamento específico, a necessidade deveria ter sido colocada com maior antecedência, para que houvesse *stock* suficiente na data pretendida²², atendendo a que a DAT, não conseguiu adquirir, em tempo oportuno, o número de equipamentos de todo o universo de pessoal empenhado na missão, tendo em conta a rotação dos mesmos. Em missões externas, por analogia ao atrás exposto, as responsabilidades ao nível do planeamento operacional, nem sempre têm contemplado todas as variáveis, em função dos requisitos

²² Tópico de entrevista com o CAP/Tabst Carlos Monserrate da DAT

associados ao local e das limitações na operação e na manutenção, decorrente do clima do país. A FAP tem contribuído, essencialmente, com as frotas Hércules C-130, AL III e F-16. A Esquadra 501, sediada na Base Aérea nº 6 - Montijo, que opera o C-130, dispõe de seis aeronaves. Normalmente, no melhor dos cenários, apenas quatro aeronaves estão disponíveis para missões nacionais programadas e inopinadas e outras, no âmbito de OI, como a ONU, OTAN, EU e OSCE. No entanto o recurso constante à sua utilização também constitui um constrangimento, nomeadamente quando as missões se realizam a distâncias consideráveis do nosso país. É exemplo disso, o trajecto de Lisboa a KAIA - Afeganistão que demora três dias, com escalas técnicas na Grécia e Azerbeijão sendo muito tempo dispendido, numa lógica de apoio e sustentação logística. Esta aeronave tem sido aquela que tem desempenhado missões de Transporte Aéreo Estratégico (TAE), embora seja vocacionada para Transporte Aéreo Tático (TAT). Importa deixar aqui expresso que Portugal e nomeadamente a FAP, nunca participa nestas missões de uma forma isolada o que leva a pensar que se houver uma conjugação nacional e/ou internacional de esforços talvez se conseguisse ultrapassar este constrangimento.

Se a preparação de cada missão é “única” em múltiplos e variados aspectos e já focados no presente trabalho de investigação, a retracção também é um factor que se enquadra na actividade logística muito importante. Atendendo a que raramente participarmos de uma forma isolada, implica que o regresso dos meios humanos e materiais obedeça a um planeamento dependente de outras forças e ou países, pelo facto da maioria das missões serem, conjuntas ou combinadas, ficando a FAP, dependente de terceiros para o regresso ao TN, algumas vezes, com atrasos sucessivos. Aliado a este aspecto, a moral dos militares ressentem-se com os inconvenientes daí advindos.

Conclusões

O presente trabalho aborda a “ **A Actividade Logística em Missões de Manutenção de Paz**” no contexto das Operações de Apoio à Paz (OAP). A razão da sua criação e a sua necessidade, são devidas às convulsões e conflitos que se alastram periodicamente, com maior ou menor gravidade, por todo o globo terrestre. São resultantes de focos de instabilidade e novas ameaças, as quais não podem ser previstas com rigor, quer no espaço, quer no tempo.

É de primordial importância que estas missões sejam bem sucedidas pois visam repor e assegurar a estabilidade social, económica e política das zonas afectadas e no limite, da paz do mundo.

Para os países porem em marcha tais missões, a logística assume uma importância vital. Entende-se por logística, a ciência de planear e executar o movimento e manutenção das forças, englobando áreas da administração, engenharia, e actividades técnicas associadas, como seja o abastecimento e manutenção dos recursos para apoiar objectivos, planos e operações.

Para um melhor enquadramento, referiu-se no 1º Capítulo, a actividade logística dos vários tipos de missões de manutenção de paz, que as diferentes OI têm de recorrer para fazer face á sua implementação, bem como dos mecanismos utilizados para a sua consecução. No âmbito das OAP, Portugal tem desempenhado um papel relevante, assumindo a responsabilidade de participar normalmente com outros países. Em consequência o EMGFA tem atribuído à FAP algumas destas missões. Nesse sentido analisou-se o modo como a FAP tem participado ao longo dos últimos anos nos diferentes tipos de missões, bem como se averiguou sobre a existência de doutrina logística que sustente o processo desta actividade na nossa organização.

No 2º Capítulo são abordados, de forma abrangente, os órgãos com responsabilidades logísticas a nível da FAP, a sua organização, articulação, decisões ao nível de direcção, planeamento e execução. Em virtude do que foi investigado, houve a preocupação de não confundir os regulamentos em vigor na FAP com a doutrina existente a nível da OTAN.

No 3º Capítulo foram focados os cenários de intervenção em que a FAP se viu envolvida nos últimos anos, em missões sob a égide quer da ONU quer da OTAN, designadas por Operações de Apoio à Paz e Humanitárias. São estas operações que têm tido maior relevo e expressão internacional. Para a realização deste tipo de missões, o

planeamento revela-se de primordial importância, pois o cumprimento das mesmas, sendo sempre fora do território nacional, com envolventes e características próprias de cada cenário e local, é necessariamente diferente da realidade portuguesa. É nesta lógica que se insere a realização das *survey visits*, com pessoal habilitado e conhecedor dos requisitos necessários à operação, em função de vários factores, contribuindo, de uma forma decisiva, para o sucesso da missão.

Assim, face a estas constatações, urge determinar: ***“Que modelo logístico de apoio às missões de manutenção de paz deve ser adaptado para garantir prontidão nesse tipo de missões?”*** Esta foi a **questão central** que orientou este trabalho nas várias vertentes de análise desta investigação. Para a obtenção de uma resposta, foi adoptada essencialmente uma metodologia dedutiva baseada numa análise documental, com o estudo de *case studies* em Timor-Leste, Afeganistão e Chade. Procurou-se assim, estabelecer paradigmas que pudessem ser consubstanciados pela metodologia de investigação indutiva, paralelamente efectuada, analisando-se as questões derivadas e confirmando-se as hipóteses levantadas, as quais na opinião do autor, foram suficientes para dar uma resposta a este trabalho de investigação individual. Desta forma, este estudo confirmou que:

Não existe modelo logístico próprio da FAP no apoio e preparação das missões de manutenção de paz. Do que precede, as missões já desempenhadas, não foram planeadas e executadas ao abrigo de uma metodologia logística criada para este tipo de missões, conforme já demonstrado no decurso deste trabalho de investigação. Constitui excepção, a preparação da missão do Chade, a qual foi planeada tendo por base o modelo OTAN, revelando nesta fase, as premissas a observar em todas as valências da operação e sustentação da força destacada, com a qual o autor concorda e defende.

No que diz respeito à **questão derivada: *“Qual a doutrina logística existente para apoio a missões de paz?”***, verifica-se que a mesma não existe na FAP, sendo esta “importada” de diversos e dispersos documentos OTAN que se vão adaptando à realidade nacional, consoante as necessidades e/ou dificuldades que venham a surgir durante a fase de planeamento de uma missão, qualquer que seja o seu tipo. No entanto, a Directiva 01/08 do CEMFA, determina e consubstancia a definição de alguns princípios logísticos, no que toca à génese e capacidade para projectar e sustentar forças expedicionárias. Daqui se infere que há vontade em atingir o objectivo de possuir capacidade de projecção e sustentação, com elevado grau de interoperabilidade, em missões conjuntas e combinadas, para uma participação efectiva da FAP, com mais meios e melhores condições de apoio logístico.

Sobre a **segunda questão derivada**, “*Os procedimentos e os meios logísticos que a FAP utilizou na projecção das suas forças e na sua sustentação, nas missões em que participou foram adequados?*”, no actual contexto, está o autor em condições de afirmar que, apesar de não existir metodologia de trabalho própria, tem havido grande capacidade de improviso e de adaptação, não tendo sido posta em causa, quer a operação quer a segurança. No entanto, é bem verdade que algumas *lessons learned* têm sido recolhidas.

Por exemplo, em Timor-Leste, as tendas (as únicas que a FAP tinha), foram instaladas para alojamentos e serviços e não estavam adaptadas para um clima tão quente. Assim, constantemente havia necessidade de serem insufladas, já que a sua estrutura não suportava temperaturas tão elevadas. Igualmente se verificou que não era possível manter a climatização das mesmas, em virtude dos equipamentos de ar condicionado não terem capacidade de refrigeração, mostrando-se também aqui inadequados. Face às dificuldades sentidas, aliviou-se o problema montando redes de campanha por cima das tendas. No aspecto alimentar, na fase inicial da missão, recorreu-se em demasia ao consumo de rações de combate, por não existir um serviço de messe com capacidade de resposta para fornecer refeições com o mínimo de qualidade. Este é sempre um aspecto importante, sobretudo em TO, porque diz respeito ao bem-estar e à saúde dos militares, podendo afectar seriamente a moral das tropas quando sujeitas a situações de stress. Por esse facto, logo que foi possível, esta situação foi melhorada por um serviço de *catering*, com artigos alimentares fornecidos e preparados por uma empresa contratada pela ONU.

Também os constrangimentos registados ao nível da operação nocturna dos TACP no Afeganistão, levou, ainda durante o decurso da missão, à alteração e definição dos requisitos necessários ao tecido e coordenadas de cor dos tons da camuflagem, bem como foi corrigida a sua reflectância aos infravermelhos.

Para a movimentação do pessoal e equipamento, a FAP tem utilizado invariavelmente o C-130, que dadas as suas características, apresenta algumas limitações, designadamente, na relação autonomia/capacidade de carga, por ser uma aeronave com características TAT. Esta vulnerabilidade faz-se sentir, com maior ênfase, nas missões mais distantes de Portugal. Para além disso, o número actual de aeronaves disponíveis, face às solicitações a que a FAP tem sido sujeita, é diminuto. A manter-se o ritmo de missões que têm vindo a acontecer, nos últimos anos, e porque os cenários da cena internacional apontam para a probabilidade de ocorrerem mais conflitos, nos diversos pontos do globo, julga-se ser pertinente Portugal equacionar adquirir capacidade de transporte aéreo estratégico.

Tal lacuna poderia ser suprida com o recurso ao Programa SALIS, fazendo uso dos aviões *Antonov's* fretados para esse efeito. Apesar dos custos associados em HV, deveria ser testada a sua prontidão, aterragem e estacionamento em aeroportos e aeródromos militares existentes em Portugal, por ser uma aeronave de grande envergadura.

Pelo que já foi exposto, verifica-se que a **Hipótese H-1 “Quando é tomada a decisão da participação da FAP em operações de manutenção de paz há procedimentos que já se encontram normalizados para cada missão?”** já se encontra parcialmente respondida, não tendo sido validada, pela não existência de rotinas e procedimentos instituídos na FAP. No entanto, o planeamento da recente missão para o Chade, já assentou numa estrutura que se pretende que, no futuro, venha a ser implementada na FAP. Assim, a grande diferença em relação ao passado assenta no facto, do Comandante Operacional da missão não ser o responsável pela actividade logística do destacamento. Por outro lado, o destacamento é constituído com todas as valências necessárias à operação das aeronaves e ao apoio, com elementos especializados em cada área.

Adoptando-se para o futuro, os procedimentos e critérios utilizados para esta missão, encontra-se validada a **Hipótese H-2 “O apoio logístico às missões de manutenção de paz assenta num dispositivo de mobilidade e está centralizado?”**, porquanto deixou de haver razões para a existência de descoordenação, entre os diversos intervenientes ao nível do processo de planeamento, uma vez que o COFA centralizou e chamou a si esta responsabilidade. Do mesmo modo, está também sob a sua dependência o *Kit* de mobilidade da FAP, constituído pelos equipamentos de suporte aos destacamentos, o qual tem vindo a ser incrementado, nas suas valências, em conformidade com as determinações do CEMFA.

Recomendações

Ao CEMFA, a elaboração de uma Directiva que defina os procedimentos e responsabilidades no planeamento, organização, coordenação e execução destas missões e preveja a constituição de um grupo de trabalho, liderado pelo COFA e composto por todos os órgãos logísticos com os meios necessários para a consecução das mesmas.

Ao COFA e CL, habilitarem gradualmente alguns militares através da inscrição em cursos específicos OTAN sobre logística operacional, como sejam o “*Operational Logistics Planning Course*” e o “*Multinational Logistic Support for Deployed Forces*”.

Está desta forma concluído este trabalho de investigação, desejando ter contribuído para o melhoramento na articulação entre todos os órgãos com responsabilidade na cadeia operacional e logística da FAP, para a preparação, planeamento e execução de futuras missões de cariz humanitário ou outras.

BIBLIOGRAFIA

Livros:

- MOURA, Benjamim do Carmo (2006) *Logística: Conceitos e Tendências* V. N. Famalicão, Centro Atlântico; ISBN 989-615-019-2.
- QUIVY, Raymond, CAMPENHOUT, Luc Van (2003) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 3ª Edição. Lisboa: Gradiva. ISBN: 972-662-275-1.
- Janus, 2003, Anuário de Relações Exteriores, UAL, Lisboa
- Janus, 2005, A Guerra e A PAZ dos nossos dias, UAL, Lisboa
-

Sítios da Internet:

- www.emgfa.pt [em linha] [referência de 1 de Dezembro de 2007].
- www.emfa.pt [em linha] [referência de 1 Dezembro de 2007].
- www.nato.int [em linha] [referência de 8 de Dezembro de 2007].
- www.un.int/portugal [em linha] [referência de 8 de Dezembro de 2007].
- www.janusonline.pt [em linha] [referência de 11 de Dezembro de 2007].
- www.nato.int/issues/strategic-lift-air/evolution.htm

Entrevistas:

- Tópicos de Entrevista: *Aquisição de material no circuito logístico da FAP*. COR/TABST Alves. Sub-Director da Direcção de Abastecimento (DA), Alfragide, 23 de Janeiro de 2008.
- Tópicos de Entrevista: *Chefe de CIMIC no Comando do Sector Centra em Dílil*. TCOR/TMMA Ismael Alves. Colocado no EMGFA Lisboa, 24 de Janeiro de 2008.
- Tópicos de Entrevista: *O circuito logístico da manutenção na FAP*. COR/ENGAER Gomes. Sub-Director da Direcção de Mecânica Aeronáutica (DMA), Alfragide, 24 de Janeiro de 2008.
- Tópicos de Entrevista: *Projecção de forças militares*. COR/PILAV Alves. Chefe do Estado-Maior (COFA), Monsanto, 19 de Fevereiro de 2008.

- Tópicos de Entrevista: Manuais e procedimentos da OTAN e ONU. TCOR/ENGAER Santiago. Divisão de Recursos do EMFA.
- Tópicos de Entrevista: *Articulação e movimentação de forças militares*. MAJ/PA Veliça. D/F na Repartição de Logística e Planeamento (COFA), Monsanto, 19 de Fevereiro de 2008.
- Tópicos de Entrevista: *A importância dos meios aéreos na projecção de forças militares*. CAP/TOCC Águeda. Chefe dos Transportes Aéreos Militares (COFA), Monsanto, 23 de Janeiro de 2008.
- Tópicos de Entrevista: *Processos logísticos e Kit de Mobilidade da FAP*. CAP/TABST Casimiro. D/F Repartição de Logística (COFA), Monsanto, 20 de Janeiro de 2008.
- Tópicos de Entrevista: *Gestão de fardamento na FAP*. CAP/TABST Monserrate. Sector de Fardamento da DA.

Publicações Militares:

- AAP-4. 2004, Documentation – *NATO Standardization Agreements and Allied Publications*. NATO.
- AAP-6. 2006, Documentation – *NATO Glossary of Terms and Definitions*. NATO.
- AAP-15. 2005, Documentation – *NATO Glossary of Abbreviations used in NATO Documents and Publications*.
- AJP-4(A). 2003, Documentation – *Allied Joint Logistic Doctrine*. NATO.
- AJP-4.4(A). 2005, Documentation – *Allied Joint Movement and Transportation Doctrine*. NATO.
- AJP-4.5(A). 2005, Documentation – *Allied Joint Host Nation Support Doctrine & Procedures*. NATO.
- AJP-4.6(A). 2002, Documentation – *Multinational Joint Logistic Centre Doctrine (MJLC)*. NATO.
- AJP-4.9(A). 2005, Ratification Draft. 2002, Documentation – *Modes of Multinational Logistic Support*. NATO.
- ALP-4.1 SUPP 1. 2001, Documentation – *NATO Standard Operating Procedures for the Operation of Advanced and Forward Logistic Sites*

- BGDLC. 2004, Bases Gerais da Doutrina Logística Conjunta. Lisboa: Estado-Maior General das Forças Armadas.

Legislação:

Decreto Regulamentar n° 52/94 de 3 de Setembro; D.R. n° 204, I-Série-B, Pg.5204;

Decreto-Lei n° 249/95 de 21 de Setembro do Ministério da Defesa Nacional D.R. n° 219; I-Série-A, Pg.5896;

Despacho do CEMFA n° 38/02/A de 05 de Novembro;

Despacho n° 25/05/A do CEMFA de 20 de Junho – Organização do COFA;

Despacho n°69/2007 de 20 de Setembro;

Despacho n° 49/2007 do CEMFA de 16 de Maio – Testes Físicos na FAP;

Directiva n° 01/08 do CEMFA de 01 de Janeiro;

.

ANEXO A Corpo de conceitos

Abastecimento - Conjunto de operações e procedimentos prescritas para adquirir, catalogar, aumentar à carga, armazenar, fornecer, reparar e abater materiais.

Apoio Logístico – Conjunto de actividades que proporcionam disponibilidade, no momento e lugar adequados, dos meios necessários ao cumprimento da missão da força combatente.

Conceito de *Peacekeeping* – Uso das forças militares desprovidas do uso normal da força, para pacificar situações de conflito.

Logística - Definida como a ciência de planear e executar o movimento e manutenção de forças, é também considerada, num ambiente de apoio logístico integrado, como a arte e a ciência da administração, engenharia e actividades técnicas associadas com requisitos, projecto, abastecimento e manutenção dos recursos para apoiar objectivos, planos e operações.

Operações - Qualquer actividade própria da guerra orientada de acordo com uma finalidade táctica, estratégica ou logística.

ANEXO B Pessoal e Material que constitui o Kit de Mobilidade da FAP.

KIT DE MOBILIDADE

1. Pessoal

a. Permanente: chefiados pelo CAP/TABST J. Casimiro (COFA/A4), este pessoal encontra-se em diligência permanente no DGMFA (Armazém 1).

(1) SAJ/MARME C. Lourenço;

(2) 1SAR/MELECT C. Maia;

(3) 1SAR/MMT J. Alves;

(4) 1SAR/ABAST A. Cotão;

(5) CADJ/MELIAV A. Filipe;

(6) 1CAB/MELECT R. Filipe;

(7) 1CAB/ABAST P. Gomes.

b. Temporário/Eventual: de acordo com o dispositivo a montar, o quantitativo varia entre 05 e 10 militares.

2. Material/Equipamento:

a. Tendas: em média e iniciando os trabalhos com o terreno nivelado, o tempo de montagem = 30'/tenda.

(1) 05EA de 60m² (10 pessoas);

(2) 35EA de 45m² (08 pessoas);

(3) 04EA de 30m² (06 pessoas).

b. Climatizadores: capacidade para climatizar (quente e frio) 15EA tendas.

c. Aquecedores: capacidade para a totalidade das tendas (44EA).

d. Sacos de cama: 280EA.

e. Camas tácticas (vulgo “burros do mato”): 350EA.

f. Colchões: 350EA.

g. Mesas: 80EA.

h. Cadeiras: 170EA.

i. Depósitos para água: de referir que esta água não é considerada potável.

(1) 02EA rebocáveis com 3000 l de capacidade;

(2) 01EA estático com 30000 l de capacidade;

(3) 02EA estáticos com 1000 l de capacidade.

j. Depósitos para combustível:

ANEXO B (cont.) Pessoal e Material que constitui o Kit de Mobilidade da FAP.

- (1) 02EA rebocáveis com 2000 l de capacidade;
- (2) 02EA estáticos com 10000 l de capacidade.
- k. Carros latrina: 02EA com capacidade para 100 pessoas.
- l. Carro duche: 01EA com capacidade para 100 pessoas.
- m. Geradores:
 - (1) 04EA de 25KvA's;
 - (2) 02EA de 30KvA's.
- n. Cozinha: 01EA com capacidade para 100 pessoas.
- o. Arcas frigoríficas: 02EA com capacidade para 100 pessoas.
- p. Contentores: 20 ft
 - (1) 04EA CORIMEC (*Office*);
 - (2) 04EA marítimos.
 - (3) 08EA RDSU (Rapid Deployable Shelter Unit)
- q. Parque auto:
 - (1) 02EA *Toyota Hiace* (TP9);
 - (2) 01EA *Toyota Land-Cruiser* (TT);
 - (3) 01EA *Toyota Dina* (3500 Kg);
 - (4) 02EA *Toyota Hi-Lux Pick-up*;
 - (5) 02EA Mercedes Unimog;
 - (6) 01EA Tractor CASE multi-funções (*fork-lift*, nivelador de terreno e tracção de outro equipamento auxiliar);
 - (7) 01EA *Fork-lift* eléctrico com 03T de capacidade.

Fonte: Rep. Log - COFA